

---

MARTINS, Maria Anita Viviani. **O professor como agente político.** São Paulo, Loyola, 1984.

*Visando identificar a ação política do professor no processo pedagógico, Viviani Martins divide o seu trabalho em três partes.*

*Na primeira, descrita a seguir, faz uma retrospectiva histórica do desempenho político do professor analisando os seus principais papéis políticos.*

*Únicos educadores de profissão até 1759, os jesuítas constituíram-se nos principais organizadores da educação escolar no Brasil chegando, até o ano de 1750, a igualar o número de colégios da colônia ao da metrópole. Possuíam a hegemonia da educação escolar, educando os filhos dos colonos e dos principais caciques, os orfãos e os mamelucos.*

*Com a expulsão dos jesuítas, por Pombal, ocorreu a omissão generalizada da educação popular e, nesta absoluta ausência de professores, surgem os professores de aulas régias ou avulsas, sem formação específica, exercendo o magistério segundo decisões pessoais, programando o conteúdo, época e duração dos cursos.*

*Mesmo a vinda da Família Real para o Brasil não alterou substancialmente este quadro, pois o sistema de aulas régias continuou existindo e o professor secundário (primário superior) passou a vir do quadro de profissionais liberais, formados para atender à aristocracia.*

*Essas aulas régias, recebidas privadamente pelas elites, "favoreceram a elite econômica, pois os estudantes destas classes dirigiram-se às aulas régias do ginásio e daí às profissões liberais".*

*Com a Independência, a educação primária das classes populares passou a merecer atenção, porém o Império não a expandiu conforme deter-*

*minava a Constituição de 1823. Basta dizer que em São Paulo existiam só dois professores primários em 1836 e que data de 1835 a criação da primeira escola normal do País (Niterói), seguida da Bahia em 1836, Ceará em 1845, São Paulo em 1846 e Rio de Janeiro em 1880. A autora ressalta que essas escolas, além de possuírem precárias condições de funcionamento, não conseguiram sobreviver por muito tempo.*

*A presença de professores leigos, mesmo que com outras denominações, sempre existiu. Por influência positivista a mulher era considerada como naturalmente dotada para o magistério e a idéia de professor por vocação – vocacionado – constituiu-se em mais um instrumento de manipulação do magistério.*

*A presença da mulher "justificou as manipulações salarial-econômicas a que o magistério tem sido submetido, justificou o descompromisso profissional da mulher com a educação de primeiras letras em favor de uma relação afetivo-emocional exclusivamente; justificou o preconceito intelectual segundo o qual bastam somente algumas providências com bom senso para que a mulher possa assumir a docência".*

*Com a Primeira Guerra, reaviva-se o nacionalismo; a preocupação com a educação popular passa a ser vista como uma preocupação patriótica e a intensificação da defesa do ensino para as classes populares torna-se o objetivo de muitos políticos – surgem os políticos-educadores, que, desse modo, passam a praticar, teorizar e decidir sobre educação no País.*

*A presença do político como educador, além de revelar a manipulação a que o educador é submetido, evidencia "a força política da educação escolar e do educador especialmente quando se pensa em educação popular."*

*Nesta retrospectiva histórica, a autora destaca, também, a dualidade existente no sistema educacional que, de modo sistemático, tem oposto a*

---

educação popular à de elite. A primeira, com característica prática e de terminalidade, destina-se aos desfavorecidos economicamente, enquanto a segunda, com característica teórica, científica e de continuidade dos estudos, reserva-se às elites.

Esta dualidade estende-se ao ensino normal e profissionalizante por oposição ao ginásio e superior. Como o acesso a estes dois últimos cursos era inacessível aos jovens oriundos das classes populares por não terem recursos suficientes para custeá-los, muitos rapazes pobres procuravam a escola normal como trampolim para conseguir cargos administrativos ou poder prestar o vestibular.

Desta forma, destinado às moças ricas e rapazes pobres, o ensino normal cresce consideravelmente, porém desprestigiado, considerado apenas um curso prático alheio à teoria, à técnica e à ciência.

No entanto, na década de vinte consubstanciou-se um movimento voltado para a qualidade do ensino. As reformas introduzidas nas escolas normais destacam-se pela ampliação dos anos de formação dos professores primários, articulação deste ensino com o secundário (o curso primário superior é transformado em ginásio), preocupação com novos métodos, cientificação da educação via psicologia, início da pesquisa educacional e introdução de cursos de aperfeiçoamento.

Esses princípios escolanovistas, embora aspirassem uma sólida formação para o professor por considerá-lo o elemento principal da escola primária, terminaram por impor um novo papel, demasiadamente passivo, empurrando-o para uma educação tecnicista, neutra, em que o professor não passa "de um simples agente estimulador para que a criança se desenvolva por si".

Com o fortalecimento do tecnicismo o processo pedagógico passa a ser meramente técnico. A escola enche-se de técnicos e técnicas, surgindo o professor tecnocrata, disposto a omitir todos os problemas reais dos seus alunos para basear-se em princípios rígidos e mecânicos, disposto até mesmo a eliminar os próprios alunos que não se enquadrassem ao rígido modelo mecânico, fortalecendo e garantindo o ensino da elites.

Concluindo esta retrospectiva histórica, a autora chama a atenção para o fato de o Estado ter sempre procurado dificultar a ação dos professores enquanto "grupo organizado, consciente de seu papel político-social e para o qual se abre a possibilidade de provocar mudanças", desprezando-os e servindo-se deles politicamente, sempre que necessário, mas sem permitir que participassem das decisões e do poder.

No entanto, lembra que "hoje os professores constituem-se num grupo demasiadamente grande e mais informado do que outrora para se desprezar o seu potencial, especialmente quando se percebe que a sua origem é mais proletária que burguesa".

Após analisar os principais papéis políticos do professor, Viviani Martins passa à segunda parte do seu trabalho onde descreve a práxis política alienada e as conseqüências dessa ação sobre os próprios professores e alunos.

Veiculando idéias que não lhe pertenciam, executando uma atividade fragmentada em partes distintas (objetivo, conteúdo, programa, avaliação, etc...) que não considera o contexto social em que os alunos estão inseridos, repetindo os mesmos procedimentos, de modo mecânico, sabendo que se chegará aos fracassos de sempre e abstando-se de ser o criador de sua atividade e de partir para uma prática criativa, o professor termina por omitir-se, desumanizar-se e alienar-se.

Como conseqüência da alienação, o professor perde o poder de controle sobre a sua prática pedagógica, converte-se em apenas um instrumento e a interação professor-aluno não se realiza, causando, também, portanto, a alienação do aluno, que acaba por estendê-la aos demais colegas, "porque a alienação não se dá apenas entre o sujeito (professor) e o objeto (aluno), mas entre seres humanos".

Para superar esta alienação e passar a realizar uma práxis consciente e politizada (objeto da terceira parte dessa dissertação), os educadores precisariam acabar com o absurdo que existe entre a prática e a teoria.

Cabe ao professor que executa uma prática alienada e espontânea caminhar em direção a uma práxis pedagógica consciente e politizada, como

---

ao professor idealista, dotado de conhecimento teórico, cabe transformar essas idéias numa força prática capaz de concretizar e viabilizar a educação como ato político e consciente através do restabelecimento efetivo da relação professor-aluno.

Analisando a inoperância dos métodos e técnicas de ensino, a presença permanente de alunos de notável carência de desenvolvimento e a futilidade dos conteúdos culturais, os professores podem alterar as finalidades e conteúdos da educação buscando veicular na escola não uma cultura fragmentada e alienígena, mas sim a legítima cultura dos próprios alunos.

Transmitindo, criticando, transformando, criando uma nova cultura, tornando-se o porta-voz da criança, adolescente e comunidade, o professor

passa a abrir "o caminho para recuperação das contradições sócio-políticas pelos meios pedagógicos de que dispõe".

Para que a reorganização da sociedade e dos grupos de cultura possa se concretizar, faz-se necessário que o professor organize-se e atue como grupo em torno de objetivos sociais comuns.

Terminando, Maria Anita Viviani Martins lembra que compete ao professor a conquista do seu espaço político e chama a atenção para o desafio político que ele deve enfrentar: "superar a alienação e criar uma nova escola, um novo projeto cultural, um outro professor".

Roberto Cossich Furtado